# REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N°, DE 2025 (Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações ao Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, no sentido de esclarecer sobre o novo programa de crédito consignado divulgado pelo governo federal, intitulado de "Crédito ao Trabalhador".

#### Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, no sentido de esclarecer sobre o novo programa de crédito consignado divulgado pelo governo federal, intitulado de "Crédito ao Trabalhador".

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) O Brasil atravessa um período de instabilidade inflacionária e fiscal, com os preços de bens e serviços em alta. Diante desse contexto, como o governo garante que a medida do crédito consignado não será prejudicial aos trabalhadores, que já enfrentam dificuldades para lidar com o aumento do custo de vida?
- 2) Considerando a fragilidade econômica de muitas famílias brasileiras, como o governo planeja garantir que







- o acesso ao crédito não resulte em um endividamento excessivo entre os trabalhadores?
- 3) Quais medidas serão tomadas para evitar que os trabalhadores se vejam presos a um ciclo de endividamento difícil de ser quebrado?
- 4) Quais serão as condições gerais para os empréstimos oferecidos?
- 5) O governo tem uma previsão para a taxa de juros do crédito consignado neste programa? Existe alguma estratégia para evitar que essas taxas se tornem um peso adicional para os trabalhadores em um momento de alta inflação?
- 6) Quantas pessoas conseguiram efetivamente acessar o crédito até o momento, desde o lançamento do programa?
- 7) Qual a estimativa de quantos trabalhadores solicitarão o crédito ao longo dos próximos meses? Existe uma previsão de que o governo será capaz de atender a todas as solicitações feitas?
- 8) Caso haja uma demanda superior à capacidade de liberação de crédito, qual será o critério adotado para a seleção dos trabalhadores contemplados?
- 9) Quais mecanismos o governo implementará para garantir que o processo de concessão do crédito seja transparente, eficiente e livre de fraudes? Como os trabalhadores poderão acompanhar o andamento de suas solicitações?







- 10) Dada a natureza do crédito consignado, que compromete a renda futura do trabalhador, o governo tem um plano de acompanhamento das condições financeiras dos beneficiários do programa? Quais ações serão tomadas para garantir que os trabalhadores não se endividem de forma insustentável?
- 11) O governo tem alguma estratégia para garantir que a liberação de crédito não gere um aumento da demanda por bens e serviços que possa, por sua vez, alimentar ainda mais a inflação? Existe um plano para mitigar os impactos inflacionários dessa medida?
- 12) Como o governo pretende garantir que o programa seja verdadeiramente inclusivo e atenda de forma equitativa todos os trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, como os rurais, domésticos e os empregados no MEI? Há algum esforço para fornecer orientações ou suporte específico para esses grupos?
- 13) O governo considera que o crédito consignado é a melhor resposta para a crise econômica atual? Quais outras alternativas o governo está avaliando para melhorar a situação econômica dos trabalhadores sem aumentar a exposição ao endividamento?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro do Trabalho e Emprego, entenda como relevantes, visando garantir que o "Crédito ao Trabalhador" não se transforme em um paliativo que, em vez de ajudar, acabe prejudicando a saúde financeira dos trabalhadores em um cenário já desafiador.







#### **JUSTIFICATIVA**

O anúncio do novo programa de crédito consignado, denominado "Crédito ao Trabalhador", apresentado pelo governo federal, que libera o acesso ao crédito para 47 milhões de trabalhadores com carteira assinada, gera preocupações legítimas. Embora o programa tenha o objetivo de proporcionar um alívio financeiro imediato aos trabalhadores, a medida pode representar um risco substancial, especialmente diante do cenário econômico atual.

De acordo com notícia divulgada<sup>1</sup>, entrou em vigor, a Medida Provisória (MP) que libera o crédito consignado para 47 milhões de trabalhadores com carteira assinada, incluindo os domésticos, os rurais e os empregados do MEI. Até às 14h, do dia 21 de março do corrente ano, segundo informações da Dataprev, foram simulados 10,4 milhões de pedidos de empréstimos e feitas 865 mil solicitações de propostas às instituições financeiras. O aplicativo da Carteira do Trabalho Digital tem 68 milhões de trabalhadores cadastrados.

No lançamento do programa, no último dia 12 de março do corrente ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva definiu a iniciativa como uma chance de tirar os brasileiros de endividamentos com juros altos. "Agora eles podem ter crédito barato para sair da mão do agiota. Não precisa mais pagar 10% de juros (por mês). Você pode escolher entre bancos privados, bancos públicos. Aquele que cobrar menos, vá lá e faça. Será uma revolução neste país", disse.

Outra reportagem², informa que a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, usou as redes sociais para

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> https://www.poder360.com.br/poder-governo/o-juro-ta-alto-pega-o-emprestimo-do-lula-diz-gleisi-em-video/





<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://www.agoramt.com.br/2025/03/em-poucas-horas-credito-do-trabalhador-registra-mais-de-10-milhoes-de-simulacoes-de-emprestimos/



divulgar o novo programa de crédito consignado do governo Lula (PT). "Apertou o orçamento? O juro tá alto? Pega o empréstimo do Lula", disse em vídeo publicado no Instagram. Na gravação, Gleisi afirma que a nova linha de crédito é uma alternativa para quem enfrenta dificuldades financeiras. Segundo ela, o empréstimo pode ser solicitado diretamente pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital, com ofertas disponibilizadas em até 24 horas. O pagamento será descontado automaticamente da folha salarial.

Salienta-se, que o país atravessa um período de instabilidade inflacionária, fiscal e econômica, fatores que têm contribuído para a alta generalizada dos preços. O custo de vida tem se tornado cada vez mais difícil para as famílias brasileiras, e a inflação elevada corrói o poder de compra dos trabalhadores.

Nesse contexto, liberar o crédito consignado para um número tão expressivo de pessoas pode parecer uma solução, mas também traz à tona uma série de desafios e potenciais consequências negativas.

Em primeiro lugar, é importante destacar que o crédito consignado, embora tenha juros mais baixos, implica em um comprometimento direto da renda do trabalhador. Ou seja, ao contrair esse tipo de crédito, uma parcela do salário futuro já estará comprometida, o que pode gerar um efeito cascata negativo para muitas famílias. Se os trabalhadores já enfrentam dificuldades para lidar com o aumento dos preços de bens essenciais, como alimentos, combustíveis e medicamentos, o risco de inadimplência pode aumentar consideravelmente, levando a uma situação de endividamento ainda mais grave.

Além disso, a medida pode ser contraproducente em um cenário de alta inflação, onde os preços de produtos e serviços estão fora de controle. O aumento da disponibilidade de crédito, sem a devida cautela e controle, pode acabar aquecendo ainda mais a demanda por bens e serviços, o que tende a alimentar a inflação. Em outras palavras, mais crédito no mercado







poderia não ser a solução para os problemas econômicos que afligem a população, mas sim um fator que contribui para agravar a situação.

Outra questão relevante é a sustentabilidade fiscal. O governo precisa considerar que a expansão do crédito consignado, em um cenário de finanças públicas fragilizadas, pode gerar efeitos adversos em termos de arrecadação e endividamento do Estado. Isso, por sua vez, pode resultar em novas medidas de austeridade ou aumento de impostos no futuro, o que afetaria ainda mais a capacidade de consumo das famílias.

Contudo, apesar das boas intenções por trás do "Crédito ao Trabalhador", é fundamental que haja uma análise cuidadosa sobre os impactos dessa medida. A liberação de crédito em um momento de crise econômica pode representar uma solução momentânea, mas, sem o devido controle, pode acabar se tornando uma armadilha para os trabalhadores que, ao buscar alívio imediato, podem se ver ainda mais vulneráveis diante das dificuldades econômicas que se agravam dia após dia.

Nesse sentido, a prudência e a avaliação criteriosa de todas as variáveis são essenciais para garantir que a medida realmente beneficie a classe trabalhadora, e não traga consequências indesejadas no futuro.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER** *PL/GO* 



